

## DA FRANQUEZA DO TUDO-DIZER À LIBERDADE DO FALAR FRANCAMENTE: PARRESIA E SUBJETIVIDADE NO DISCURSO DE DONALD TRUMP

### FROM THE SINCERITY TO SAY-EVERYTHING TO THE FREEDOM OF THE PLAIN-SPEAKING: PARRESIA AND SUBJECTIVITY ON THE DONALD TRUMP DISCOURSE

Antonio Genário Pinheiro dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** *Na óptica de uma leitura discursiva, este trabalho tem como objetivo discutir os efeitos de parresia e a operação de subjetividade no discurso de Donald Trump. Atenta-se para a discursividade e para a evidência do dizer no escopo de regimes de verdade, estrategicamente trazidas no cerne do acontecimento discursivo da eleição presidencial norte-americana de 2016. O estudo referencia as contribuições de Michel Pêcheux na articulação com os postulados de Michel Foucault, permitindo a discussão acerca da constituição histórico-social e, portanto, discursiva do sentido enquanto efeito e do discurso enquanto espaço de descontinuidade e de dispersão. Na proficuidade metodológica do batimento entre descrição e interpretação, são analisadas afirmações compósitas de Donald Trump, mobilizadas durante o período de disputa político-eleitoral e que fomentaram a visibilidade midiática em torno de suas promessas de campanha e da afirmação de seu programa de governo. Ao considerar as manobras e táticas que inscrevem a constituição e a circulação de um discurso de veridicção, as análises apontam para a necessidade de se atribuir um olhar para os regimes que instituem e oferecem a verdade e para os modos de subjetivação que, no cerne da atividade política, convocam efeitos de parresia, reclamando do sujeito político um trabalho de si ligado ao tudo-dizer e ao franco-falar.*

**Palavras-chave:** *Acontecimento; Parresia; Donald Trump.*

**Abstract:** *Based on a discursive perspective, this paper aims to discuss the parresia effects and the subjectivity work on Donald Trump discourse. Linked to the discursivity and to saying evidence at the truth regimes arena, which are strategically brought along the discursive event of the United States presidential elections in 2016. This study has a rapport with the Michel Pêcheux contributions and Michel Foucault proposals, providing a discussion about the historic and social constitution, and then, discursive side of the meaning, which is considered as an effect, and the discourse taken as an element of discontinuity and dissipation. Through the methodological productivity of the relationship between description and interpretation, here are analyzed composite statements by Donald Trump that were presented during his political campaign and creating conditions to the media visibility around the campaign promises and government program proposal. Considering the moves and the strategies which instigate the formulation and the flow of a discourse of truth, the analyses point to the need to consider the regimes according to which the truth is offered and explored, as well as to the subjectivation modes that, on one side, claims parresia effects at the political activity, and on other, turns to the political player demanding a work of the selfhood linked to the say-everything and to the plain-speaking.*

**Keywords:** *Event; Parresia; Donald Trump.*

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Letras do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), *Campus* de Currais Novos, RN. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba com período sanduíche na *University of Georgia* (UGA/USA). Currais Novos, Brasil, e-mail: [gennaryo@yahoo.com.br](mailto:gennaryo@yahoo.com.br)

## **1 Introdução**

Ao se ancorar no trajeto de discursivização midiática, oportunizado pelo processo de sucessão presidencial norte-americano de 2016, este trabalho tem como objetivo investigar os efeitos parresiásticos no discurso de Donald Trump a partir da constituição do acontecimento histórico em acontecimento discursivo. Atenta-se para a discursividade midiática e para o funcionamento dos modos de subjetivação do candidato republicano no momento de disputa pela presidência do país. Nesse percurso de leitura discursiva, interessa problematizar a inscrição do discurso do agora presidente norte-americano a partir dos efeitos de verdade que sinalizam para a operação e materialidade de um regime de veridicção ligado à parresia.

Para tanto, volta-se para a constituição e mobilização de um discurso de ódio e do medo, considerando, a partir das condições de emergência que marcaram a apresentação da disputa eleitoral estadunidense, os efeitos de ruptura das estratégias de governo de si e dos outros. Atribui-se, ainda, atenção aos efeitos relacionados à ameaça de uma liderança político-governamental, discutida politicamente como sendo de aventura e de envolvimento empírico-partidário do novo gestor da economia mundial.

Trazendo uma discussão acerca das noções-conceito de acontecimento discursivo, discurso, subjetividade, verdade e parresia, o estudo mobiliza as contribuições de Michel Pêcheux e de Michel Foucault, inscrevendo-se epistemologicamente na Análise do Discurso de tradição francesa. No plano de sua relevância, a discussão pretende contribuir com a problematização acerca da discursividade mobilizada a partir de diferentes objetos, sinalizando para a importância de se considerar, na dimensão do ensino, a positividade de uma leitura que, por sua vez, se efetiva na evidência que atribui ao condicionamento histórico e à determinação de tais objetos no e pelo funcionamento da língua.

Trata-se, desse modo, da proposta de se ler a irrupção do acontecimento discursivo como espaço produtor de subjetividade, alicerçado em manobras de controle e inscrito em relações de poder-saber, compreendendo estes como instrumentos operados pela mídia para produzir efeitos, ao mesmo tempo, de visibilidade e de silenciamento. No que tange a sua relação com o ensino, tal percurso incide diretamente na necessidade de se promover e de consolidar práticas de leitura do real, entendendo-o como recorte e não como uma totalidade. Nessa conjuntura, tem-se, portanto, a possibilidade de se proceder com práticas de investigação linguístico-discursivas que busquem compreender a constituição das coisas-a-saber, a partir da efetividade do sentido e da incisão metodológica que prioriza a desnaturalização dos saberes, dos poderes e das verdades.

Nessas condições, e considerando a especificidade do aporte teórico-metodológico e dos objetos aqui evidenciados, o percurso de investigação mobiliza o método arqueogenealógico de Michel Foucault e oferece a análise de materialidades operadoras de discursividade – afirmações compósitas de Donald Trump (acerca da imigração, da diplomacia internacional, das questões ambientais e de sua vida pessoal) – que fomentaram a divulgação de matérias e manchetes em veículos oficiais da mídia impressa e televisiva.

A investigação está alicerçada na opção metodológica de se entender a discursividade midiática em torno da política como fato do discurso, o que permite se pensar na descontinuidade e dispersão de um objeto, conforme discorre Foucault (2005a) sobre a *Arqueologia das Ciências* na sua *Resposta ao Círculo de Epistemologia*. Tal operação aponta, por sua vez, para as implicações dessa marcação das práticas discursivas que as apresentam como condição exponencial para se ler os recortes de realidade e o processo de subjetivação dos sujeitos sociais. Nessas condições, levam-se em conta a formulação e a circulação de um discurso de veridicção, sendo este marcado, por sua vez, pelo tudo-dizer no escopo do falar francamente.

As análises reforçam a necessidade de se atribuir um olhar para as estratégias de poder e de saber que são agenciadas pela mídia para fabricar posições de sujeito – na discursividade da arte política que institui um regime de verdade sobre o que pode e deve ser dito, discutido, apresentado e apreciado no tocante às promessas de campanha eleitoral e ao fomento de programas de governo – e fazer irromper acontecimentos discursivos em uma operação que produz efeitos de sentido no trajeto da ilusão de controle do dizer.

## **2 Discursividade midiática, subjetivação e política: cartografias de um triedo manifesto**

A leitura discursiva dos objetos incide no imperativo da atenção à historicidade dos dizeres e à marcação da subjetividade na produção dos discursos. É nessa conjuntura que Michel Foucault – instigado pelo latente desejo de problematizar as condições a partir das quais os sujeitos se constituem a si mesmos – propõe sua incursão de pesquisa sobre o saber, sobre o poder e sobre uma exegese de si. O autor advoga a necessidade de um olhar para a história que considere sua própria constituição como espaço de descontinuidade e de dispersão.

A crítica do filósofo ao que ele denomina de grandes sínteses acabadas – a noção de desenvolvimento, tradição, influência e mentalidade/espírito de uma época – vem dialogar, sobremaneira, com a proposta da Análise do Discurso de vertente francesa, a qual, tratando da

constitutividade dos discursos, inaugura um gesto de leitura que põe em suspenso os saberes e as práticas de dizer. Com essa ancoragem, importa ao analista, entender o discurso como um espaço de discursividade, como uma arena de tensão a partir da qual pode-se depreender o modo como os sujeitos se constituem e como as práticas discursivas instauram verdades – efeitos de verdade – que, por sua vez, normatizam condutas, racionalizam o comportamento social, docilizam os corpos e oferecem o real como um efeito de recorte.

É no escopo de tais considerações que apontamos, oportunamente, a ligação desse estudo com o ensino, especialmente no que diz respeito a proposta de se considerar os domínios do saber e do poder, tais como a política, a educação e a escola, como fatos de discurso. Essa operação reivindica a necessidade de se considerar a constituição dos sujeitos – quer seja no ensino quer seja na política, na égide da historicidade que suas posições e movimentos reclamam.

Neste cenário, a Análise do Discurso francesa se apresenta como espaço de proficuidade de pesquisas e, a partir dos pressupostos de Michel Pêcheux, se edifica como ferramenta para a diagonalização das coisas-a-saber, pondo em xeque a figura do sujeito político, a questão da luta de classes e a colocação em jogo de um gesto de interpretação da história tradicional. Os discursos são assim concebidos como social e historicamente produzidos em meio às relações de saber e de poder. Desse modo, convocam o sujeito a assumir posições de subjetividade, isto é, posições-sujeito, reclamam uma marcação institucional, mobilizam efeitos de legitimidade e provocam cortes na história pelas verdades que fabricam e oferecem.

No entanto, a questão do ideológico, do histórico e do social, que é onde estão inscritas as relações de poder, não podem ser tratadas separadamente, tampouco como algo exterior à prática discursiva [...]. Ao contrário, a ideologia, a história e o social constituem a prática discursiva [...] na qual as relações de poder encontram-se em confronto (GRIGOLLETO, 2005, p. 94, supressões nossas).

Importante salientar que na tradicional relação<sup>2</sup>, mais de especificidade e menos de tensão, apontada entre os pressupostos pecheutianos e foucaultianos, pode-se discutir a convergência para o discurso enquanto prática. Assim, de um lado, tem-se o discurso cuja produção e funcionamento já pressupõe atividades de interdição, inscritas em condições de possibilidade determinadas e trazidas em redes que reclamam, por sua vez, seu caráter

---

<sup>2</sup> Em referência à relação de diálogos e duelos instaurado pelos estudiosos do discurso (Análise do Discurso francesa) que sinalizam para uma histórica disparidade – tanto no que tange às opções metodológicas quanto àquelas no nível da episteme – entre os postulados de Michel Foucault e de Michel Pêcheux.

histórico e socialmente produzido. Por outro, oportuniza-se o sentido enquanto efeito, atrelado à possibilidade de sempre ser outro e à ilusão de seu controle e agenciamento por um sujeito ou instância/instituição determinada.

Na efetividade de sua militância política e na condução de sua proposta de oferecer um campo de investigação que implicasse numa leitura dos textos doutrinários, Pêcheux (1995) acena com um gesto de leitura das ideologias no terreno da linguagem e das relações sociais. É nesse sentido, por exemplo, que se propõe a atenção à relação desigualdade-contradição-subordinação, bem como a exponencial exterioridade, o discurso-outro, tipicamente constitutivas de qualquer discurso.

Na sua incursão epistemológica, as contribuições de Pêcheux se voltam, mais posteriormente, para a questão do acontecimento discursivo. Trata-se, nessas condições, de se considerar a emergência de um regime de discursividade que o fato histórico faz operar a partir do diálogo que oportuniza entre o dizer que mobiliza, o não-dito e o já-dito. Em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2008) polemiza a produção do enunciado *On gagné* a partir da proficuidade de sentidos que o mesmo oportuniza quando de seu deslocamento do universo esportivo para o universo político.

Tem-se, desse modo, a sinalização de uma diferença entre acontecimento histórico e acontecimento discursivo, uma vez que “a leitura dos discursos não pode se restringir à sua colocação ou relação a um contexto, uma situação ou um motivo, mas de considerá-los no que eles têm de articulação, de transformação e de tática” (SANTOS, 2015, p. 46). Ao contrário, trata-se de se considerar o discurso – enquanto acontecimento – a partir da exterioridade que lhe é, ao mesmo tempo, constitutiva e efeito, envolvendo as regras que permitem sua irrupção e mobilidade, regras essas que transgridem e ultrapassam um universo lógico ou linguístico de construção. E nesse cenário o enunciado ocupa lugar singular.

Na acepção foucaultiana, a noção-conceito de acontecimento deve ser considerada no espaço de irrupção de uma regularidade e de uma singularidade que se voltam, sobretudo, para a possibilidade de retomada de discursos outros e enunciados diferentes. Deve-se, portanto, acolher cada momento do discurso em sua condição de acontecimento, o que significa considerá-lo “na pontualidade que ele aparece e na dispersão temporal em que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores traços [...]”. Assim, “não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem”, mas acolhê-lo e tratá-lo “no jogo da instância próprio a cada um” (FOUCAULT, 2005b, p. 28).

Espaço de exterioridade, de reestruturação do dizer, de estabelecimento de séries de regularidades e de deslocamento e ressignificação de sentidos, o acontecimento discursivo

não é apenas o objeto, o registro de um evento documental – acontecimento histórico – mas um campo estratégico de possibilidades. Em Foucault, isso representa, dentre outras, a possibilidade de se apreender o enunciado – que nem é frase, proposição ou ato de fala, mas uma função – “na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar da maneira mais justa os seus limites, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados aos quais pode estar ligado” (FOUCAULT, 2005b, p. 93).

Em Pêcheux, a proposta diz respeito à imersão do novo no discurso, a uma estrutura e a um acontecimento que põem em jogo o enunciado na relação de uma atualidade com uma memória, considerando a operação de formações discursivas determinadas. Assim sendo, é “pela repetição que o enunciado se cola ao acontecimento, e é o acontecimento também o responsável por fazer com que um enunciado, que surgiu em outro lugar, produzindo sentidos outros, seja deslocado, venha a ressignificar-se, produzindo novos ecos” (DE NARDI, 2009, p. 73).

Desse modo, a discussão sobre o acontecimento discursivo, entendendo-o como uma operação em que podem ser relativizadas condições históricas de emergência, regras de formação, atualidade de memória e interdiscursividade, torna-se exponencial na medida em que ele, o acontecimento, se constitui e se apresenta como espaço de produção e movimento de subjetividade. É no acontecimento discursivo que se pode observar a produção de sujeitos a partir dos jogos e estratégias em torno do dizer que materializam posições que devem ser ocupadas, discursivamente, não por quaisquer sujeitos, mas por sujeitos determinados, no bojo das relações de poder-saber, instauradas e constituídas no e pelo discurso. E nisso, a mídia se apresenta como a medida de todas as coisas (GOMES, 2004).

Na contemporaneidade, a atividade da mídia engendra um novo olhar para as coisas a saber, para os sujeitos e para as relações que estes estabelecem não apenas no plano social e político-econômico, mas, principalmente, na produção de suas representações culturais e simbólicas. A sofisticação tecnológica e o aprimoramento dos meios, pelos quais a informação é produzida, apurada, condensada e difundida, enxertam a vida social com uma rotina de acontecimentos espetaculares, aquilo que enche os olhos pelo fetiche do acompanhamento em tempo real, pela sedução da fantasia e pelo conforto do entretenimento.

Desse modo, tem-se que no espaço de mediação e virtualidade do mundo contemporâneo, a liquidez do discurso midiático sinaliza não só para a constituição de um espaço de dispersão, mas, sobretudo, para a instauração de novas temporalidades. Tal

operação funciona a partir da instauração de regimes *do dizer*, de *se fazer ver* e de *se fazer sentir*, uma vez que, nas palavras de Thompson (2009, p. 19):

O desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si.

Nessas condições, é possível vislumbrar regimes diferentes a partir dos quais o sujeito é constituído na materialização de uma política da verdade sobre si mesmo e, no mesmo cenário, é mobilizado e confrontado com uma política da verdade sobre o mundo em que vive. Subjetividade e verdade estão assim mantidas em uma relação de nunca acabar (INDURSKY; FERREIRA, 2007) e, na política, engendra uma operação de visibilidade e de controle – ilusão de controle – sobre o que pode e dever ser dito, sobre o sujeito, sobre o mundo e sobre a gestão da vida e das coisas.

### **3 Subjetividade x verdade e a inscrição da parresia na fala política**

Problematizar a relação entre subjetividade e verdade no espaço de constituição da fala política, representa a possibilidade de se verticalizar a produção do documento enquanto monumento (LE GOFF, 2003), isto é, implica considerar a verdade como um efeito, canalizado e operacionalizado em determinados regimes de veridicção. Além disso, considera-se que o sujeito político é agenciado na e pela operação midiática, de modo que sua subjetividade se atrela a uma operação de evidência e visibilidade.

Materializa-se nessa conjuntura a questão da palavra e do discurso verdadeiro que, uma vez inscritos na efervescência do espaço da política – e neste caso da disputa eleitoral e partidária norte-americana – implica o trabalho com uma arte e uma técnica de dizer a verdade. Trata-se da relação do franco-falar e do tudo-dizer que institui o efeito de parresia, conforme propõe Foucault (2010). No cerne do acontecimento discursivo, as práticas e modos de subjetivação do sujeito-político mobilizam a operação de uma atitude moral e um procedimento técnico, elementos necessários a quem conduz a fala, de modo que esse sujeito, na constitutividade, formulação e condução de seu dizer, conduza uma relação de verdade capaz de retomar o trabalho que denota um governo de si – a exegese de si – bem como sua capacidade de governar os outros.

Assim, a parresia, na proposta foucaultiana, se constitui numa relação de disparidade e contradição com a lisonja e com a retórica, haja vista sua especificidade constitutiva dizer respeito ao imbricamento do sujeito na relação entre verdade e liberdade e, principalmente, por assinalar o imperativo da relação de si com o outro. O discurso verdadeiro – aquele que mobiliza efeitos de verdade que a desnuda e a desintegra de um discurso de sedução – é objeto do sujeito da parresia.

Segundo Foucault (2010, p. 334) o que está em jogo na parresia não é apenas um *tudo-dizer*, mas, principalmente, um efeito de franqueza, de liberdade e de abertura que faz com que “se diga o que se tem a dizer e segundo a forma que se crê ser necessário dizer [...]. O tudo-dizer da parresia tornou-se *libertas*: a liberdade de quem fala”. É nesta perspectiva, que se observa a marcação da diferença entre a proposta da inscrição parresiástica do sujeito, a partir das contribuições foucaultianas, e a questão da lisonja e da retórica.

Dentre essas últimas, a primeira se apresenta constitutivamente como um adversário moral porque mobiliza um efeito de arrebatamento da cólera, um arrebatamento violento e incontrolado “de alguém em relação a outro e sobre quem o primeiro, o que está encolerizado, encontra-se no direito e em posição de exercer seu poder e, portanto, dele abusar” (FOUCAULT, 2010, p. 334).

A segunda, por sua vez, implica no discurso da sedução, discurso ligado à efetividade de uma arte, de uma oratória, isto é, uma técnica “cujos procedimentos não têm evidentemente por finalidade estabelecer uma verdade”, mas alcançar o convencimento, a persuasão daqueles a quem se endereça o discurso, “pretendendo convencê-los quer de uma verdade quer de uma mentira, de uma não verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 342).

Percorrendo, então, o limiar de uma discursividade que concatena diferentes posições de subjetividade, torna-se produtivo efetivar um gesto de leitura da e em torno da verdade a partir da irrupção do acontecimento discursivo, o qual sinaliza – neste caso, no cerne na disputa político-partidária norte-americana – a marcação de um lugar de verdade no discurso produzido pelo presidenciável republicano Donald Trump. Considera-se, nessas condições, o distanciamento de seu dizer da lisonja – já que a constitutividade de seu discurso não paira, destarte, sobre a tentativa de tornar impotente e cego aquele a quem se dirige – e da retórica – já que não se trata de uma arte, isto é, de uma *tékhne* que se apresenta como uma técnica que é, com efeito, capaz de mentira, ligada, por sua vez, ao manuseio ou à instrução metodológica.

Na parresia, é a questão da relação do sujeito com a verdade que importa, é o jogo entre o falar francamente e o tudo-dizer que, ao se efetivar na condução da palavra, produz o efeito de concretude entre *pensar o que se diz e dizer o que se pensa*. Operação essa que exige

do sujeito um trabalho de si voltado para o outro e, ao mesmo tempo, oportuniza a materialização de um conduzir-se a si mesmo a partir do falar verdadeiro, no cerne de um discurso de veridicção. Imperativamente alicerçado em um regime de verdade, o discurso de veridicção instaura efeitos, ao mesmo tempo, de tensão e efetividade do que se diz, reclamando certa posição de legitimidade e autorização de quem fala.

Nas palavras de Foucault (2010, p. 343), na parresia só pode haver verdade, já que:

Onde não houver verdade não há franco-falar. A parresia é a transmissão nua, por assim dizer, da própria verdade. A parresia assegura da maneira mais direta essa parádoxis, esse trânsito do discurso verdadeiro de quem já o possui para quem deve recebê-lo. Ela é o instrumento dessa transmissão que tão somente faz atuar, em toda a sua força despojada, sem ornamento, a verdade do discurso verdadeiro.

Nesse norte, é importante evidenciar que a inscrição parresiástica da fala política não desbanca a verdade de sua condição de efeito e tampouco de sua marcação e constituição em determinados regimes de veridicção. O efeito da parresia no discurso político o atrela a práticas e mecanismos que instauram uma política do que pode se apresentar como verdade e silenciam o que, em contrapartida, produz efeitos de simulação, sedução e simulacro, isto é, aquilo que se eleva como a arte da mentira política ou mentir-verdadeiro.

Disso, tem-se que para constituição dos efeitos de parresia na formulação e condução de um discurso – verdadeiro porque efeito de um regime de veridicção – o sujeito se mantém imbricado em um processo de produção de subjetividade. O sujeito é perpassado, no cerne do acontecimento que se irrompe, por regimes do dizer e do representar que implicam, por sua vez e na ordem do visível, a condução de uma política da verdade e uma marcação de si na discursividade em que opera.

Portanto, a parresia [...] é essa forma essencial [...] à palavra do diretor; palavra livre, desvencilhada de regras, liberada de procedimentos retóricos na medida em que, de um lado, deve certamente adaptar-se à situação, à ocasião, às particularidades do ouvinte; mas, sobretudo e fundamentalmente, é uma palavra que, do lado de quem a pronuncia, vale como comprometimento, vale como ego, constitui um certo pacto entre o sujeito da enunciação e o sujeito da conduta. O sujeito que fala se compromete. (FOUCAULT, 2010, p. 365, supressões nossas).

Tal operação não diz respeito ao governo político do povo pela mentira para seu próprio bem e nem ao trânsito de subjetividade – posições-sujeito determinadas discursivamente – que, por ventura, marcaria a posição de um sujeito cognoscente capaz de

decidir “quando convém dizer a verdade e quando é necessário silenciá-la ou travesti-la” (SWIFT, 2006, p. 20). Mais do que isso, a inscrição parresiástica do sujeito do discurso deve assinalar o seu distanciamento do terreno das ameaças e do jogo ludibrioso por uma arte do mentir-verdadeiro, segundo a qual a mentira é conduzida, balanceada e, sobretudo, transformada em objeto de mira do dizer.

Conforme aponta Foucault (2010), o parresiasta se apresenta na óptica de um otium estudioso e não centra sua subjetividade na posição de homem cultivado. Dessa forma, ao dissipar a necessidade de uma eloquência popular que sinaliza um trabalho com a surpresa das emoções fortes, com a dramaturgia, a inscrição parresiástica de um sujeito-político constitui sua posição-sujeito de diretor, ligado à condução do franco-falar e instituindo um pacto entre o sujeito da enunciação e o sujeito da conduta.

#### **4 A inscrição parresiástica do discurso de Donald Trump na mídia**

A cobertura midiática do processo de sucessão presidencial norte-americano de 2016 mobilizou, frenética e não auspiciosamente, a discursivização das afirmações do então candidato republicano Donald Trump. Fazendo reverberar um efeito de surpresa e de negatividade, a mídia evidenciou os dizeres que acenavam para as principais promessas de campanha do respectivo candidato, fazendo incidir – no crivo da ilusão de controle do dizer e de seus efeitos – um gesto de leitura que impelia a ocupação de uma posição-sujeito de antidiplomático, xenófobo e alheio aos interesses centrais da comunidade internacional.

Durante o pleito eleitoral, as afirmações do republicano foram apresentadas pela grande mídia pela transcrição e disposição direta e linear, em diferentes veículos de comunicação impressa, eletrônica e televisiva, e segundo um efeito de replicação em diferentes contextos sociais – da América Latina à Europa Oriental, da América do Norte ao Japão.

As afirmações, algumas delas transvestidas em promessas de campanha, foram trabalhadas midiaticamente como material primeiro para a elaboração de manchetes e matérias jornalísticas. Ademais, e já percorrendo um trajeto de interpretação discursiva, é oportuno mencionar que mesmo sendo mobilizadas no cerne do acontecimento da eleição presidencial, algumas dessas afirmações<sup>3</sup> não datam necessariamente do período que se

---

<sup>3</sup> Todas as afirmações de Donald Trump são transcritas no corpo do artigo como objeto de tradução livre. Por opção metodológica e na tentativa de situar o leitor, todas as afirmações são aqui apresentadas em sua versão em língua estrangeira.

estende de 2016 a 2017, momento da campanha oficial e formação do programa de governo do candidato. Desse modo, algumas das afirmações do republicano, aqui em análise, foram feitas em outras oportunidades de fala pública de Donald Trump, mas só vieram à tona, de forma a ocupar todo um espaço de visibilidade, durante a campanha presidencial.

Em 2015, durante o seu discurso de pronunciamento de campanha, Donald Trump propôs, pela primeira vez, a ideia da construção de um muro ao longo da região sul de fronteira dos Estados Unidos. Na sua afirmação, e ao fazer uma referência direta a sua experiência no ramo da construção e do setor imobiliário, ele defende ser o único qualificado para tal tarefa:

Eu construirei um muro – e ninguém constrói muros melhor do que eu, acreditem em mim – e eu os construirei de forma muito econômica e barata. Eu construirei um grande muro na fronteira sul e farei com que o México pague por ele [pela construção]. Gravem minhas palavras<sup>4</sup>.

Em novembro de 2012, através de uma rede social, o republicano fez críticas à questão do aquecimento global, ao afirmar que:

O conceito de aquecimento global foi criado pelos e para os chineses no sentido de tornar a produção manufatureira americana menos competitiva<sup>5</sup>.

Em outubro de 2015, ainda usando uma rede social e já entretido com a proposta de uma candidatura à presidência do país, Donald Trump afirma:

Está muito frio lá fora, estão dizendo que se trata de uma grande geada, muito longe do normal. Então, deveríamos usar uma boa dose de aquecimento global<sup>6</sup>.

Em novembro de 1999, o magnata, já sendo assediado por nomes da política para concorrer à disputa política de 2000, fez um pronunciamento no qual afirmou:

Eu acho que a única diferença entre mim e os outros candidatos é que eu sou mais honesto e as minhas mulheres são mais bonitas<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> I will build a great wall - and nobody builds walls better than me, believe me - and I'll build them very inexpensively. I will build a great, great wall on our southern border, and I will make Mexico pay for that wall. Mark my words.

<sup>5</sup> The concept of global warming was created by and for the Chinese in order to make U.S. manufacturing non-competitive

<sup>6</sup> It's really cold outside, they are calling it a major freeze, weeks ahead of normal. Man, we could use a big fat dose of global warming!

<sup>7</sup> I think the only difference between me and the other candidates is that I'm more honest and my women are more beautiful.

A hipervisibilidade atribuída pela mídia às afirmações do presidenciável balizou os efeitos de um discurso de ódio e do medo que enxertou o imaginário social com os efeitos de negatividade e contracepção, frente às medidas que fomentariam um possível governo republicano, sob a presidência de Donald Trump. Assim, no plano dos efeitos de sentido possíveis, uma vez eleito, o republicano adotaria a postura de quem nega e ironiza questões exponenciais, as quais fundamentam a gestão governamental na contemporaneidade, compreendendo, nesse conjunto, a crítica ao conceito de aquecimento global e a lida com a questão da imigração.

Desse modo, nos trechos acima, observa-se um conjunto de declarações que, uma vez considerado no bojo das condições de produção dos dias atuais, direciona a imagem pública e política do agora presidente norte-americano para um espaço de choque e de tensão, refletindo uma posição de incoerência – e até mesmo de não racionalização de comportamento – quando associadas à posição reservada ao presidente da maior potência bélico-econômico-financeira do mundo.

Quando inscritas no conjunto das representações que fomentam a subjetividade de um presidente dos Estados Unidos da América, tais afirmações refletem uma discursividade ligada à ameaça, à intolerância e à incapacidade de gestão administrativa, não só da comunidade interna, mas, sobretudo, dos anseios e necessidades da comunidade internacional. Entretanto, a constitutividade de um discurso de ódio e do medo, bem como os efeitos deles decorrentes, asseguram a inscrição parresíastica do sujeito que as formula.

Importante salientar que o lugar de verdade mobilizado por Donald Trump não se constitui apenas pelo efeito de revelia de sua angariada posição de sujeito-político, mas suas falas estão diretamente associadas ao cenário de discussão que retoma grandes polêmicas institucionais da política e da economia. Nessa perspectiva, a questão do aquecimento global, por exemplo, é operadora de uma gama de saberes que não comungam entre si, já que se tem no plano institucional, a defesa de especialistas contrários à defesa não só da gênese, mas, sobretudo, dos efeitos provenientes das alterações de temperatura no planeta.

O próprio conceito de aquecimento global é, por sua vez, objeto de acentuadas dissociações epistemológicas por diferentes instituições de pesquisas climáticas e estudiosos independentes, os quais defendem em detrimento desse conceito o de *alteração climática antrópica*<sup>8</sup>. Pela afirmação de que o “*conceito de aquecimento global foi criado pelos e para*

---

<sup>8</sup> Conforme apreciado e instituído na Convenção-quadro das Nações Unidas sobre a mudança do clima, na Convenção sobre a biodiversidade e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, como objeto de intervenção econômica e controle do agravamento de mazelas sociais em diferentes países e continentes.

*os chineses*” pode-se retomar, pela historicidade do conceito e pela profundidade da questão que ele traz à tona, o espaço de memória que põe em suspenso a defesa de que o aquecimento global tem ligação com a produção manufatureira global.

Nessa conjuntura, o aquecimento global se apresenta como um conceito político, de natureza econômico-administrativa e alcançado por convenção, já que diz respeito à força decisória de representantes mundiais, instituída em órgãos deliberativos e associações normativas. No plano da discursividade oportunizada no cerne de tal questão, é importante fazer menção aqui à tese da descarbonização (LINDOSO, 2010), considerada por especialistas – os chamados negacionistas – como utópica e subjetiva, haja vista a natural e volumosa emissão de gás carbônico nos mares e oceanos.

Além disso, segundo os defensores dessa corrente, há ainda que se considerar o montante de emissão atribuído ao gado bovino criado em fazendas e cultivado para a produção de carnes, leite e derivados, no mercado internacional. Nessa perspectiva, atribuir à indústria manufatureira, nesse caso a norte-americana, e ao consumo de combustíveis fósseis a culpabilidade pelo aumento da temperatura na terra, bem como pensar que se pode controlar, por vias humanas, os níveis de energia e emissão de gás em níveis planetários em uma sociedade com mais de sete bilhões de pessoas, só pode ser um ato de fé.

Trata-se, nesse caso, da acirrada discussão entre os teóricos do negacionismo e os aquecimentistas que, na dualidade das posições que defendem, mobilizam a temática do aquecimento global em um espaço de tensão epistemológica, histórica e política. São essas posições que apresentam recortes de real, isto é, cada um dos polos desse embate defende uma realidade, uma leitura do real que se pretende crível, única e verdadeira e, nesse movimento, os sujeitos são postos em evidência, na medida em que são convocados a defender ou a comungar de uma ou de outra posição.

O sujeito tem aqui sua subjetividade inscrita e condicionada a determinados regimes de veridicção, dos quais emanam vontades de verdades contraditórias, conflitantes e tensionadas. Uma vez trazida na égide do ensino, por exemplo, essa discussão exige pensar no modo como tal conceito – o aquecimento global, assim como a amplitude de suas implicações – se fundamenta, quais os pilares de sua justificação e qual leitura e trajeto de sentido se priorizará como primordial para a compreensão dessa questão.

Face ao exposto, trata-se de se observar que o discurso de Donald Trump, ao mobilizar um efeito de verdade – uma verdade entre o que se diz e o que se faz ou entre o que se diz e o que se fará –, se ancora em um regime de tudo-dizer e de falar francamente. Pode-se observar, então, que o dizer de Donald Trump desbanca a necessidade do discurso do outro, já que ao

evitar uma técnica do dizer sedutor ou a ornamentação de um mentir-verdadeiro, o republicano mobiliza efeitos de uma transparência e de uma naturalidade entre o que se pensa e o que se diz.

Por conseguinte, é essa mais uma estratégia discursiva que fomenta determinadas práticas reguladoras de uma leitura do real, cujas implicações acenam para a necessidade de se desmistificar, no espaço do ensino, por exemplo, as movências de sentido, as táticas e operações que se efetivam pelo saber legitimamente institucionalizado. E nessa incursão, é válido mencionar, os sujeitos – sejam os do ensino (aluno e professor), sejam eles os aqui constituídos em objetos de investigação – são postos em evidência, implicados em redes de sentido, ocupando posições ideologicamente fundamentadas, histórica e socialmente construídas.

No que tange à polêmica acerca da proposta de lidar com a tensão nas fronteiras americanas, em especial, aquela com o México, as afirmações do republicano trazem à tona uma discussão também prenhe de valores internacionais massificados ideologicamente como sendo de contenção e de respeito aos limites territoriais de cada nação.

Nesse sentido, e considerando a verticalização de um gesto de leitura discursiva, isto é, ao se priorizar a constituição dos eventos históricos como fatos do discurso, pode-se colocar agora em evidência, nessa discussão, as medidas adotadas por grandes potências internacionais – não só na Europa, como também na América do Sul, na Ásia e na Oceania – para conter o fluxo de imigração, defendida como *ilegal*, e proteger o seu território. Tudo feito e justificado, legítima e institucionalmente, pelo direito irrevogável de se garantir e preservar a soberania nacional.

A partir disso, os efeitos da afirmação “Eu construirei um grande muro na fronteira sul e farei com que o México pague por ele”, por um lado, não constroem uma posição-sujeito, inédita e autêntica, de líder ditatorial ou negligente, mas apresenta uma política da verdade, um discurso sem ornamentação, isto é, a parresia que instaura uma relação direta entre o que se pensa e o que se diz. Por outro, acena para o discurso do outro desbancado pela necessidade de se intervir para esclarecer a qualidade e a efetividade da natureza do que se diz: a promessa é a de se construir um muro de concreto que estanque o fluxo de entrada de imigrantes ilegais em solo norte-americano.

Não há uma tentativa de se modalizar o dizer, de modo que uma leitura diferente do dado seja possível, mas, ao contrário, se apresenta uma vontade de verdade pelo efeito de naturalidade e de transparência da coisa prometida. Assim sendo, esse é o espaço de

colocação de uma subjetividade no encontro com a verdade e a dispensa estratégica do discurso do outro, já que a parresia está ligada ao efeito do dizer no interlocutor.

A parresia é, pois, a maneira de dizer a verdade [...] se queremos analisar o que é a parresia, não é nem do lado da estrutura interna do discurso, nem do lado da finalidade que o discurso verdadeiro procura atingir no interlocutor. [...] a parresia deve ser procurada do lado do efeito [...] do retorno que o dizer-a-verdade pode produzir no locutor a partir do efeito que ele produz no interlocutor. (FOUCAULT, 2013, p. 55, supressões nossas).

Franqueza, liberdade e abertura, que fazem com que se diga o que se pensa, constituem assim um regime de veridicção que atribui efeito de verdade às dizibilidades mobilizadas nas falas de Donald Trump. Esse espaço de constituição de discurso verdadeiro aponta, então, para a efetividade de relações de poder-saber e para o funcionamento de mecanismos de controle, haja vista que, ao operar discursiva e estrategicamente, a mídia evidencia o que deve vir à tona e silencia aquilo que deve ser apagado. O então presidente norte-americano tem sua subjetividade marcada por uma visibilidade de negativização, a qual procura instituir um efeito de não racionalização de seu comportamento.

Em passagens como em “Eu construirei um grande muro” ou em “deveríamos usar uma boa dose de aquecimento global” e, ainda, em “eu sou mais honesto e as minhas mulheres são mais bonitas” tem-se uma operação que produz uma subjetividade ligada, dentre outros, à possibilidade de um efeito de ruptura e de desfalecimento de acordos nacionais e internacionais, de revelia de um *grande líder* no que tange às preocupações com o planeta e com as questões de interesse global, de sátira que ridiculariza opositores e o bom senso de figuras públicas. No trajeto de tais efeitos, pode-se afirmar que a subjetividade de Donald Trump é estrategicamente trabalhada e conduzida a partir de sua inscrição parresiástica.

Pode-se observar, então, que a irrupção do acontecimento discursivo oportuniza o olhar para os regimes – regimes de veridicção – que instituem efeitos de verdade e determinam não só a formulação, mas principalmente a circulação de uma fala política ligada, por sua vez, à franqueza do tudo-dizer e à liberdade do falar francamente.

### **Considerações finais**

Na égide da discursividade e no feixe de relações que a leitura discursiva dos sentidos oportuniza, podem-se problematizar as tramas, as redes, os jogos e as séries que constituem um espaço de verdade e instauram modos de subjetivação. O olhar para a transformação do

evento histórico em acontecimento discursivo exige pensar, então, o imperativo da descontinuidade e dispersão dos discursos e dos objetos e, dessa forma, sinaliza um gesto de leitura capaz de qualificar a história como fato do discurso – e não só a espessura do histórico mas, sobretudo, as estratégias, manobras e operações alicerçadas no seu próprio trabalho de tessitura das coisas.

Assim, importa investigar o modo de subjetivação do sujeito, neste caso, o político, a partir das condições de emergência, isto é, das condições de produção que marcam sua constituição enquanto efeito, enquanto posição-sujeito. No cerne da parresia, o sujeito discursivo tem, portanto, sua subjetividade atrelada a uma função tripartite, sendo ela de ordem epistemológica, de ordem política e de ordem terapêutica ou da ordem da espiritualidade. No primeiro caso, o sujeito pode apresentar, na perspectiva da revelação, algumas verdades sobre o mundo do qual faz parte. No segundo, incita movimentos a partir dos quais pode fazer reverberar e/ou expor críticas diretas às leis e às instituições e, no terceiro caso, a função é a de clarificar ou de trazer à lucidez sobre aquilo que fundamenta a relação entre a verdade e o estilo de vida de alguém.

Considerado nesse espaço de movências, de deslocamento e, sobretudo, de trabalho com a verdade pela marcação no terreno da parresia e da fala franca, o movimento de ocupação de tais posições de sujeito converge para o ensino e para a educação. Assim, é a partir dessa operação de leitura que se observa, no plano da condução do saber da formação docente, a imperativa necessidade de se explorar a produção da verdade e os efeitos que ela produz, levando em conta a constitutividade das práticas discursivas a partir da historicidade, da marcação ideológica, da tendenciosidade epistemológica e do jogo insistente pela verdade que eles põem em cena.

Ademais, a incursão de pesquisa acerca do acontecimento discursivo, da subjetividade, da verdade e da parresia representa, nas condições aqui discutidas, um gesto de leitura dos efeitos de mediação e virtualidade inerentes ao trabalho de hipervisibilidade atribuída ao então candidato republicano Donald Trump, na ocasião do pleito político-eleitoral de 2016. Disso, tem-se que a inscrição midiática da discursividade em torno de Donald Trump não promove a reflexão do real e nem trata de escondê-lo, mas tensiona sua vinculação ao princípio de racionalização.

Em suma, pode-se trazer, a partir das contribuições de Foucault (2016, p. 210), que o “real do mundo não é em si mesmo sua própria verdade. Ou, em todo caso, digamos que a realidade da coisa verdadeira nunca é razão do fato de a verdade dessa coisa ser dita no interior de um discurso de verdade”. O real é assim um efeito porque, no caso da produção de

discursividade sobre si e sobre o outro, materializada no escopo da gestão governamental e da administração pública, a realidade será sempre uma construção pulverizada, um espaço de furos.

## Referências

DE NARDI, F. S. Foucault e Pêcheux: entre a estrutura e o acontecimento. In: SOUZA, P. GOMES, D. O. (Orgs.). **Foucault com outros nomes: lugares de enunciação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009, p. 67-75.

FOUCAULT, M. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GRIGOLETTO, E. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar**. 2005. 269f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso). Curso de Pós-Graduação em Letras. Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

GOMES, W. **Transformação da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

INDURSKY, F. FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LINDOSO, D. P. A insustentabilidade em trânsito. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 3, n. 2, p. 433-435, 2010.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.

SANTOS, A. G. P. **Poder, discurso e mídia: a espetacularização de imagens no acontecimento da política norte-americana**. 2015. 220 f. Tese (Doutorado em Letras). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

SWIFT, J. **A arte da mentira política** – precedido pelo texto O mentir verdadeiro de Jean-Jacques Courtine. Tradução de Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2006.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

Data de recebimento: 27 de maio de 2017.

Data de aceite: 10 de dezembro de 2017.